

Relator revê exclusividade das verbas públicas

Laila Marques

Das sucursais e
da Reportagem Local

As escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais poderão receber verbas públicas desde que não tenham finalidade lucrativa e quando houver insuficiência de vagas na rede pública de ensino, segundo o parecer do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda, de acordo com levantamento da Folha publicado em janeiro, no caderno "Os Eleitos". Távola, defensor da exclusividade de verbas públicas às escolas públicas, é o relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, do Congresso constituinte. A votação do relatório começou ontem, em Brasília, e continua no fim-de-semana.

Pelo texto do substitutivo, para receberem verbas públicas, as escolas particulares deverão também reaplicar eventuais excedentes financeiros na educação, ser administradas por "integrantes do processo educacional e pela comunidade" e, no caso de fechamento, destinar seu patrimônio a outra escola comunitária.

Apesar de apoiar o substitutivo, o deputado Hermes Zaneti (PMDB-RS), de centro-esquerda, vai pedir a inclusão de uma ressalva na questão do repasse: as escolas privadas poderão receber verbas públicas até o ano 2000. O deputado Alvaro Valle (PL-RJ), de centro, e o senador João Calmon (PMDB-ES), também de centro, defensores de verbas públicas para particulares, são contrários ao texto do relator. "O critério para que a escola receba recursos financeiros do poder público deve ser o da eficiência", disse Valle. Calmon, de mesma opinião, quer a supressão da

palavra "público" do 8º artigo do substitutivo, segundo o qual a União deve aplicar, no mínimo, 18% da receita proveniente de impostos para a manutenção do ensino "público".

Cz\$ 212,7 milhões

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, 50, disse que já encaminhou ao Ministério da Fazenda proposta de apoio conjunto às universidades confessionais e comunitárias para o segundo semestre. Segundo ele, o MEC já repassou às vinte instituições de ensino superior confessionais e comunitárias recursos no valor total de Cz\$ 212,7 milhões.

Ademar Cirimbelli, 38, secretário-geral do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), disse a entidade apóia todas as medidas que visem minorar as dificuldades das instituições comunitárias, mas não aquelas com objetivos "puramente comerciais". O presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Newton Lima Neto, 34, acha que a Igreja deve ter cursos confessionais, "mas não às custas do dinheiro público".

Ensino "de qualidade"

Os pró-reitores de Pós-Graduação e Pesquisa de treze universidades comunitárias defenderam ontem em Campinas (SP) a destinação de recursos públicos para instituições que desenvolvam ensino e pesquisa "de qualidade". Reunidos no 3º Encontro de Responsáveis pela Pesquisa nas Universidades Comunitárias, eles elaboraram documento, que será enviado ao MEC, com critérios que devem orientar a destinação de verbas públicas. Entre eles, estão a existência de um programa de pesquisa "sério, competente e produtivo" e a "transparência" da instituição.

'Estadualização' vence na PUC-SP

A proposta de que o governo estadual assumira a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi a mais votada na consulta realizada entre terça e quinta-feira com a participação de alunos, professores e funcionários. A votação foi organizada por uma comissão eleitoral tripartite para definir uma saída para a crise da universidade. A proposta de "estadualização" era defendida pelos presidentes das entidades de professores e funcionários.

Entre os 760 professores votantes, 445 optaram pela estadualização e 280 pela proposta de fundação mista (da qual participariam Igreja, governo e sociedade), apresentada pela reitoria da universidade. Entre os funcionários, a "estadualização" também foi vitoriosa, ficando com 297 votos, contra os 243 da primeira proposta. Dos 9.309 alunos que votaram, 8.252

optaram pela proposta de "estadualização".

A comissão eleitoral já marcou para a próxima quarta-feira, 17 de junho, a assembleia geral universitária que deverá decidir sobre os próximos passos. O vice-reitor administrativo, Alípio Casali, 40, disse ontem que se o Conselho Universitário da PUC ratificar a decisão, a reitoria assumirá a "estadualização" e irá procurar o Estado e a Fundação São Paulo, atual mantenedora (ligada à Igreja), para as negociações.

Segundo a professora Madalena Peixoto, 33, integrante do Grupo de Defesa da Estadualização, já houve uma consulta informal sobre a possibilidade da PUC-SP ser absorvida pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), que teria interesse em ampliar o seu campus na capital (a Unesp tem vários campi no interior).

